ANTI CAPITALISTA

N.º 03 (SÉRIE II) – FEVEREIRO 2018

MARXISMO E FEMINISMO P.03

LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS P.05

AS TEIAS QUE O CAPITALISMO TECE

EDITORIAL

A LUTA TODA. O ATIVISMO EM TODOS OS SENTIDOS

Desde a sua fundação, o Bloco assumiu a necessidade de retomar a luta política a partir de um ativismo cidadão, a emergir da pluralidade dos movimentos sociais. Essa necessidade reclamava, e reclama, uma atitude de não resignação perante o meramente instituído, que não permite a rigidez dos dogmas mas que afirma, ao mesmo tempo, a necessidade de converter em conquistas reais e em avanços palpáveis o calor das batalhas e o vigor das palavras de ordem. Uma parte significativa da construção e consolidação do Bloco no panorama político nacional e internacional está no exterior dos seus limites institucionais enquanto força política internacionalista que se abre aos movimentos sem se confundir com eles e sem pretender assimilá-los. Esta inconformação ativista, profundamente comprometida com as lutas concretas, permanece como via a aprofundar e intensificar na reflexão e ação anticapitalistas: *a luta toda* implica todos os sentidos do ativismo. Um partido não é um movimento social, mas um partido precisa da energia inconformada dos movimentos sociais para não se fechar em si mesmo.

Mas se um partido de esquerda não vive sem os movimentos sociais o inverso também é verdadeiro. Desde logo porque a tarefa de um partido de esquerda é essencialmente política, cabendo-lhe a tradução mais concretamente política da pluralidade das lutas e da profusão dos movimentos – nem sempre propositivos, nem sempre portadores de transformações palpáveis para os trabalhadores e as trabalhadoras e para o povo. O Bloco assumiu desde sempre a linha da frente no combate pelos direitos LGBT, na luta contra as opressões baseadas no género, cor de pele ou proveniência, na recusa da homo/les/bi/trans/fobia expressa ou internalizada. Insistimos em não desligar estes movimentos do combate pelo trabalho com direitos, pela contratação coletiva ou pela luta contra a precariedade, lutando pela abrangência do nosso projeto de transformação política e social. Conhecemos várias e importantes vitórias que não teriam sido possíveis sem ação de natureza partidária. É verdade, porém, que se impõe um virar de página, e que partidos e movimentos enfrentam hoje desafios pouco consonantes com exercícios de memória ou com celebrações vazias.

A atualidade diz-nos isso mesmo, por vezes da forma mais dura. Veja-se, nesta edição, a análise de Bruno Maia em torno da encruzilhada dos movimentos LGBT e feministas, da sua necessidade de alargamento e, de certa forma, da sua repolitização. Veja-se ainda, nestas páginas e na edição *online*, a retrospetiva e ensaio de Cinzia Arruzza, ao sublinhar o modo como a forma abstrata de se entender a opressão sobre as mulheres, sem se ter em conta o capital – característica do feminismo liberal, por exemplo – mantém intactos os mecanismos de dominação e o modo como os representamos. Talvez por isso mesmo, quando vemos o registo da conferência de Angela Davis, proferida em dezembro de 2017, na Grécia, e que incluímos na edição *online*, com legendagem em português, nos deparemos com a afirmação contundente: «Eu continuo a opor-me ao feminismo burguês».

O modo capitalista de produção dociliza as lutas, gerando falsas inclusões. Perspetivamos, em contraponto, um ativismo anticapitalista que se defina como postura de inconformação partilhada coletivamente, que leia criticamente e aja a partir das atuais relações de forças da luta social e laboral. O testemunho de Raquel Azevedo ensaia precisamente uma resposta, através da reflexão e do apelo à participação e transformação do ativismo sindical. Também a experiência de luta pela legalização da canábis, de que nos fala Ana Barbosa, é disso exemplo, na medida em que denuncia, por um lado, os interesses e a hipocrisia do capital contra a humanidade da resposta terapêutica à doença e, por outro, o conservadorismo proibicionista que pretende esmagar a liberdade de escolha. Só a interseção dos movimentos permite ultrapassar formas de opressão que se mantêm estruturais e estruturalmente excludentes. Há um desafio intersecional na luta anticapitalista, nos movimentos sociais e no modo como nos posicionamos enquanto militantes e ativistas. É desse desafio que pretendemos dar conta neste número.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
A luta toda. O ativismo em todos os sentidos

3 **Dossiê**
As teias que o capitalismo tece

4 **Ativismo**
Da encruzilhada para a rua

5 **Ativismo**
Canábis: não percamos mais tempo

6 **Testemunho**
O sindicalismo como o vejo e sinto

7 **Ilustração**
Whiter Shade of Pale

7 **Breviário**
Intersecionalidade

8 **Aconteceu**
Womens's March 2018

8 **Vai Acontecer**
Conferência Nacional da Rede Anticapitalista
Exposição temporária: Alípio de Freitas – muitas vidas numa só

8 **Leituras**
Dizer não não basta. Resistir às novas políticas de choque e alcançar o mundo de que necessitamos
Konstantinos Kaváfis - 145 Poemas

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Miguel Lobo Barbosa
Rodrigo Rivera

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
Ana Barbosa
Bruno Maia
Catarina Carneiro de Sousa
Paula Sequeiros
Raquel Azevedo
Rita Gorgulho
Tatiana Moutinho

Capa
María María Acha-Kutscher

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

Agradecemos à Rede Transform e ao Instituto Nicos Poulantzas terem acolhido o nosso pedido para traduzir, legendar e divulgar a conferência de Angela Davis que pode ser vista na íntegra na página web da Rede Anticapitalista.

AS TEIAS QUE O CAPITALISMO TECE

TEXTOS COMPLETOS EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

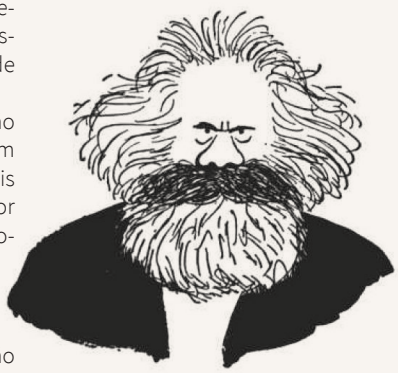
COMENTÁRIOS **SOBRE O GÉNERO**

CINZIA ARRUZZA

I. PATRIARCADO E/OU CAPITALISMO: REABRIR O DEBATE

É comum encontrar referências ao "patriarcado" e às "relações patriarcais" em textos, tratados ou documentos feministas. O conceito de patriarcado é frequentemente usado para mostrar como a opressão e a desigualdade de género não são ocorrências esporádicas ou excecionais. Pelo contrário, são questões que atravessam toda a sociedade e são fundamentalmente reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados a nível individual.

Em suma, muitas vezes usamos o termo "patriarcado" para sublinhar que a opressão de género é um fenómeno não redutível às relações interpessoais, mas tem antes um caráter e uma consistência societal. No entanto, as coisas tornam-se um pouco mais complicadas se pretendemos ser mais precisos sobre o que se entende exatamente por "patriarcado" e por "sistema patriarcal". E isto torna-se ainda mais complexo quando começamos a perguntar qual a relação precisa entre o patriarcado e o capitalismo.



A QUESTÃO

Durante um breve período, dos anos 1970 a meados dos anos 1980, a questão da relação estrutural entre patriarcado e capitalismo foi assunto de acalorados debates entre teóricos e partidários da corrente de pensamento materialista, assim como de feministas-marxistas. A questão fundamental que era colocada assentava em torno de dois eixos: 1) o patriarcado é um sistema autónomo em relação ao capitalismo? 2) é correto usar o termo "patriarcado" para designar opressão e desigualdade de género?

Embora tenha produzido resultados muito interessantes, este debate tornou-se gradualmente mais e mais fora de moda. Isto ocorreu em conjunto com o recuo das críticas ao capitalismo, enquanto outras correntes do pensamento feminista se afirmavam. Estas novas formas de pensamento muitas vezes não foram além do horizonte liberal da época – muitas vezes essencializaram as relações entre homens e mulheres e des-historicizaram o género, ou evitaram as questões do capitalismo e da classe – mas, ao mesmo tempo, desenvolveram conceitos úteis para a desconstrução do género (como a teoria *queer* nos anos 1990). [continua online]

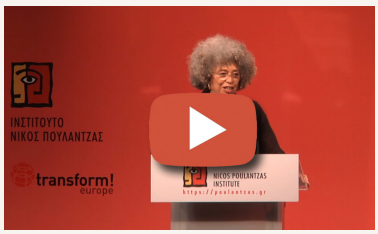
REVISITAR **ANGELA DAVIS**

ANDREA PENICHE E HUGO MONTEIRO

Quem viu recentemente o magnífico documentário T*he black power mixtape 1967-1975* (Göran Olsson, 2011) pôde assistir àquela que terá sido a primeira entrevista de Angela Davis dada a partir da prisão, onde aguardava pelo julgamento que lhe poderia trazer a pena de morte. Talvez surpreenda apreciar a determinação e o desassombro da jovem ativista que, na ostentação orgulhosa da sua vasta cabeleira afro, não apenas reiterava a justiça da sua militân cia como se tornava uma das vozes públicas pela supressão total do racismo, pelo fim da guerra do Vietname e da colonização do continente africano.

Já em 1972, para Davis, estava em causa o poder do povo em vez da exaltação de um líder, da força do movimento em vez do gesto da iniciativa. Uma forma muito tenaz de firmeza transparecia da intelectual e ativista negra, que assumia a negritude como postura, identidade e resistência. Era já esta Angela Davis – a mesma que, em dezembro de 2017 e perante uma plateia grega, denunciou o capitalismo racial da administração Trump, mas também os mais silenciosos dispositivos de normalização, ordenação e vigilância do Ocidente neoliberal.

A **conferência de Davis**, proferida na 11.ª Conferência Anual em Memória de Nicos Poulantzas, que **pode ser integralmente vista na presente edição *online* da revista Anticapitalista**, retoma desde o seu título o conceito de feminismos de abolição, tão importantes para Davis desde o início do seu ativismo. Lembremos, como a própria sublinha, que o abolicionismo invocado nada tem a ver com a condenação do trabalho sexual, mas sim com os movimentos de abolição da escravatura que delinearam os primórdios dos chamados feminismos negros. [continua online]



DA ENCRUZILHADA PARA A RUA

Bruno Maia

O movimento LGBT em Portugal está numa encruzilhada marcada por um conflito entre a celebração das conquistas formais alcançadas nos últimos anos - o casamento e a adoção - e a luta contra a manifestação continuada de formas de homofobia, tanto sistémica quanto pontual, patente em casos tornados públicos. A parte mais institucional deste movimento, dedicada em exclusivo, nos últimos anos, a batalhas legais enfrenta o vazio político e a indefinição em relação ao seu campo de ação. Os grupos mais radicais encaram agora a oportunidade de introduzirem no *mainstream* discurso e ação mais disruptivos, sob a alçada da luta contra homofobia, a bifobia e a transfobia.

Este momento político não é alheio a outros movimentos sociais - também na luta feminista, após conquistas formais, como o direito ao voto ou ao aborto, colocou-se a discussão sobre o centro do debate e da luta. Mas a esquerda não fica e não pode ficar paralisada nas conquistas formais. A agenda política contra a discriminação precisa agora de se radicalizar e alargar a muitos outros setores da sociedade: às escolas, aos serviços de saúde, às forças policiais, ao local de trabalho, no acesso aos serviços, à compra de casa e à visibilidade no espaço público, etc. Convivemos hoje com formas distintas de expressão desse combate, desde a disputa do discurso no espaço público - como o caso Gentil Martins -, até discussões e vivências nas universidades mais progressistas centradas no questionamento do género, explorando a teoria *queer*.

Ao contrário do feminismo, o movimento LGBT, pela sua natureza, nunca foi um movimento de massas e não o será. Cria, no entanto, espaços de luta, de forma pontual ou continuada, onde se agregam grupos diferentes, onde a intersecionalidade das lutas se expressa. Soltos das amarras da luta pela formalidade dos direitos, os e as ativistas LGBT têm agora a oportunidade de criar uma rede de ativismo de ação consertada, aumentando a sua expressão e visibilidade, capaz de responder não só aos casos pontuais e concretos de discriminação que vão aparecendo mas também criando as suas próprias denúncias, os seus próprios debates, enfim, conquistando o seu espaço público, capaz por si próprio de dinamizar e atacar a hegemonia do discurso.

A partir de experiências concretas como a luta contra a homofobia da escola na secundária de Vagos, enquanto ativistas, temos que estar preparados para criar uma rede de ativistas, que se criam e formam na luta concreta, nos casos concretos, que seja capaz de dinamizar agenda e consertar ação. Não nos queremos substituir aos vários grupos já existentes, não nos queremos substituir às discussões e ações de quem já está no terreno. Mas devemos ser a argamassa que une o que está separado, que não esgota energias com base em divisões teóricas, que agrega todas e todos contra a opressão. Queremos sair das salas de debate para a rua, para a ação concreta de reação ou denúncia. Enquanto Rede Anticapitalista, assumimos a responsabilidade de dar corpo a uma rede de ativistas unidos em torno da luta contra a discriminação, capaz de ultrapassar as fronteiras do debate teórico e impondo visibilidade no espaço público.

ATIVISMO

CANÁBIS: NÃO PERCAMOS MAIS TEMPO

ANA BARBOSA

É inegável a tendência mundial para acabar com o proibicionismo da canábis. Um pouco por todo o mundo, diversos países têm legalizado o seu consumo e produção para fins terapêuticos e recreativos. Nos Estados Unidos da América, uma em cada três pessoas consegue aceder legalmente à planta. Em Portugal têm sido dados passos na direção da legalização, nomeadamente com a abertura de espaços de discussão sobre os benefícios e eventuais perigos da planta e do seu consumo. A legalização da canábis não é uma questão de ideologia ou crença, já que existe evidência científica forte acerca dos seus benefícios terapêuticos. Este movimento apenas tem sido travado pela diabolização e preconceito que levam à classificação da planta como droga pelos seus efeitos psicoativos e recusam a informação sobre as suas restantes propriedades.

Em novembro, o Porto acolheu a primeira Feira Internacional do Cânhamo – CannaDouro – que se estabeleceu como um espaço de partilha de experiências e conhecimento. A grande afluência de público logo numa primeira edição demonstra a urgência da legalização, especialmente para fins terapêuticos, pois os doentes de hoje não têm tempo a perder.

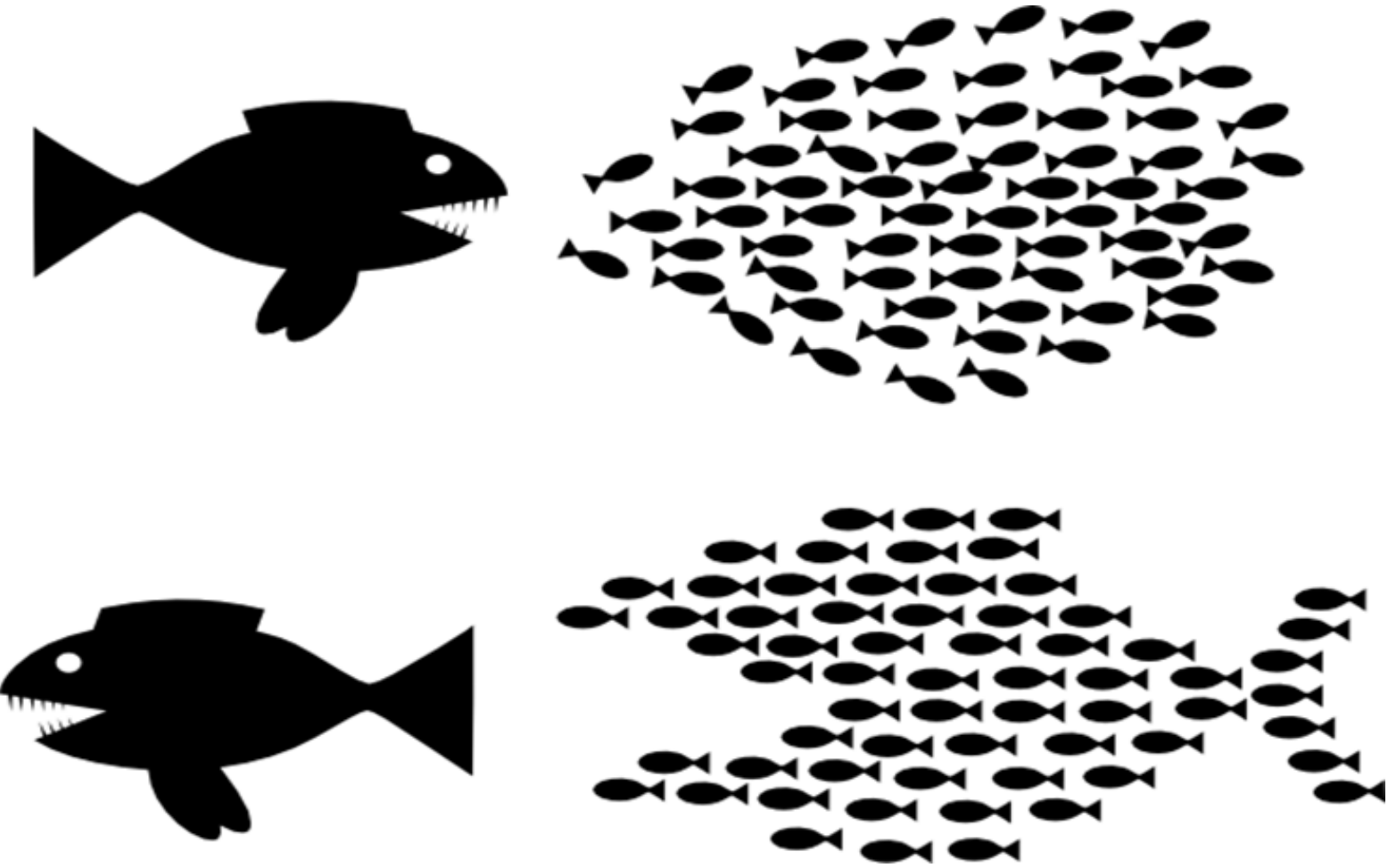
O mesmo se fez sentir na audição pública promovida pelo Bloco de Esquerda em dezembro, que encheu a sala da Assembleia da República com testemunhos de consumo e cultivo para uso terapêutico, incluindo os de pessoas que por esse motivo têm processos judiciais a decorrer sob a acusação de tráfico de droga, sendo que a pena pode chegar aos cinco anos de prisão. É, pois, urgente repensar o impacto real na sociedade desta política e considerar um risco aceitável a plantação de canábis para uso individual. Mesmo o seu consumo, quando comparado com outras substâncias como, por exemplo, o álcool, tem riscos mais baixos. Apesar de o consumo de álcool ser legal, os seus efeitos são muito diferentes, uma vez que, por exemplo, nunca foi registada uma *overdose* por consumo de canábis.

Ser insensível ao sofrimento alheio e travar esta discussão com argumentos vagos e inócuos, remetendo para a necessidade de mais estudos quando a canábis é estudada intensivamente há três décadas, é desrespeitar o cumprimento do art. 64.º da Constituição que consagra o direito de todas e de todos à proteção da saúde. A cada pessoa deve ser assegurado o melhor tratamento disponível, mas, por causa de um preconceito sem fundamento, está-se a obrigar doentes a procurar tratamentos alternativos pelos seus próprios meios, remetendo-os para a ilegalidade e fomentando o mercado paralelo. Em muitos casos, estes doentes esgotaram as opções apresentadas pelo SNS e tornaram-se prescritores dos seus tratamentos e cultivadores das suas substâncias terapêuticas. Esta realidade é distante para muitos, pois o acesso a esta opção está condicionado pela condição económica e geográfica do paciente.

Legalizar o uso da canábis para fins terapêuticos sem a permissão do autocultivo seria deitar fora todo o conhecimento que os pacientes acumularam, em vez de o integrar e complementar com saber médico. Neste cenário, após a legalização, levará anos até que as farmacêuticas consigam disponibilizar as várias estirpes da canábis indicadas no tratamento de diversos tipos de patologias e os doentes ficarão reféns da lógica do mercado - só se houver procura suficiente é reconhecida como válida a sua necessidade -, estando ainda sujeitos aos preços que aquelas decidam praticar.

Não nos podemos alienar dos interesses económicos em jogo numa indústria avaliada em milhões de euros e com um potencial de crescimento enorme. Isso já é evidente em Portugal, onde há licenças dadas a empresas para plantações destinadas à exportação, mas o autocultivo não é permitido, o que coloca em causa o princípio da igualdade, já que o cidadão ou a cidadã comum é tratado diferentemente da empresa com capital para investir.

A cada pessoa deve ser assegurado o melhor tratamento disponível, mas, por causa de um preconceito sem fundamento, está-se a obrigar doentes a procurar tratamentos alternativos pelos seus próprios meios, remetendo-os para a ilegalidade e fomentando o mercado paralelo.



TESTEMUNHO

O SINDICALISMO COMO O VEJO E SINTO

RAQUEL AZEVEDO

Sindicalizei-me dois anos depois de ter começado a trabalhar numa empresa de calçado. Sem saber ou perceber muito bem como fazer ou mesmo como funcionava verdadeiramente o sindicato, inscrevi-me.

Cheia de garra e uma enorme vontade de fazer e ajudar nas lutas dos e das camaradas, comecei como delegada sindical. É uma função que, à primeira vista, parece fácil, mas, na verdade, acarreta muitas responsabilidades e uma tômbola de sentimentos contraditórios, pois somos os primeiros a avançar com todas e todos os camaradas para as frentes de luta, muitas vezes tão desamparados e desamparadas como os que lutam pelos seus postos de trabalho. Nesses momentos, percebemos a dor e a angústia de não saber o que será o dia de amanhã.

Sou filha de operários, herança que carrego com muito orgulho, pois ela permitiu-me conhecer por via direta grandes exemplos de lutas anteriores que os meus pais e os seus companheiros e companheiras travaram.

Pergunto-me, por isso, onde estão os filhos e as filhas, os e as aprendizes destas lutas passadas. Será legítima a minha pergunta? Não sei, o que sei é que as lutas continuam, não param, antes pelo contrário, aumentam, pois a selva patronal nunca se deixou ficar para trás. Em boa verdade, o sindicalismo é que se deixou passar a perna. E porquê? A questão é simples, mas a resposta é difícil. E, se a conhecemos, ninguém a quer enunciar.

O que sinto, na verdade, é que os sindicados se deixaram dominar por aqueles que estiveram e continuam a estar nas lutas, mas que ao longo dessas mesmas frentes de luta nos foram tomando e sugando o direito sindical.

E o que é ou deveria ser o direito sindical? Do meu ponto de vista, deveria ser o espaço onde cada trabalhadora e trabalhador pudesse fazer a sua luta, apresentar as suas reivindicações, ser parte de um coletivo que não anula as individualidades, antes sabe que é com elas que se constrói o coletivo. Mas hoje não é isso, ou poucas vezes esse espaço existe, é mais vezes um espaço de interesses sem interesse ou um espaço de ideias impostas, onde a democracia, por vezes, parece verbo de encher.

É por isso, mais do que tudo, que nunca podemos deixar de lutar pelos sindicatos, nem pelo sindicalismo. Não é só pelo respeito pela memória das grandes lutas anteriores, é também pela enorme necessidade que deles temos no quotidiano e nas frentes de luta. O que precisamos é de pensamento crítico, de querer mudar e acreditar que é possível reestruturar e dar sangue novo aos sindicatos.

Todos os dias são dias de luta e, na verdade, as lutas nunca estão ganhas, são antes passos e avanços que vamos fazendo. A luta continua!

CATARINA CARNEIRO
DE SOUSA*

Whiter Shade of Pale

*aka CapCat Ragu | capcatragu.com

INTERSECIONALIDADE

No final dos anos 1970, o movimento *Black Feminism* criticou o feminismo branco, de classe média e heteronormativo por este não considerar as várias formas de identidade. A partir desta crítica, dois conceitos foram desenvolvidos, o de consubstancialidade e o de intersecionalidade. Se o conceito de intersecionalidade, desenvolvido pela tradição anglo-saxónica a partir da década de 1990 por, entre outras, a jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw, se centrava essencialmente nas relações de raça e género, a francesa Danièle Kergoat, já nos anos 1970, desenvolveu o conceito de consubstancialidade que pretendia articular as relações sociais de género e de classe. No entanto, foi o conceito de intersecionalidade que ganhou maior dimensão académica, social e política. Este conceito, no entanto, não é meramente teórico, tem uma correspondência prática com a forma como dentro do movimento socialista encaramos desde há muito a nossa intervenção política. A utilização do conceito, mesmo que ele tenha sido reconfigurado e signifique hoje a interdependência das relações de poder de raça, género e classe, reclama, no entanto, a necessidade de vigilância crítica, no sentido em que quem o invoca raciocina muitas vezes em termos de categorias e não de relações sociais, não levando em conta as dimensões materiais da dominação, acabando por originar a fragmentação das práticas sociais.

ACONTECEU

20 de janeiro | Women's March 2018

Um ano após a tomada de posse de Donald Trump, muitos milhares de mulheres voltaram a ocupar novamente as ruas de dezenas de cidades norte-americanas. Exigiram o fim dos ataques aos seus direitos reprodutivos, denunciaram o surgimento de movimentos de extrema direita, assim como a reforma racista da lei da imigração.

VAI ACONTECER

10 de fevereiro de 2018 | Lisboa
II Conferência Nacional da Rede Anticapitalista

programa
10h00 **ABERTURA**
10h15 **TRABALHO, PRECARIEDADE, SINDICALISMO**
13h00 Almoço
14h30 **FEMINISMO**
16h00 **BLOCO E TRABALHO DE BASE**
17h30 **FUNCIONAMENTO E ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO**
19h00 **ENCERRAMENTO**

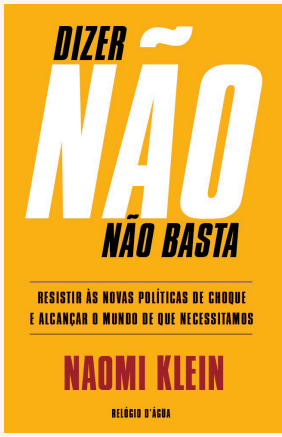
Exposição temporária: Alípio de Freitas – muitas vidas numa só
Local: Museu do Aljube (Lisboa)
Organização: AJA - Associação José Afonso
Até 28 de fevereiro

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**

www.redeanticapitalista.net

LEITURAS



Em ***Dizer não não basta. Resistir às novas políticas de choque e alcançar o mundo de que necessitamos*** *(Relógio d'Água, 2017),* Naomi Klein socorre-se do seu estilo fluente para analisar, de uma perspetiva global, a recente eleição de Donald Trump e para propor algumas estratégias de ação. A situação compreende-se no quadro global de uma *doutrina de choque*, em que a convocação de fatores traumáticos de crise vence as resistências da democracia e impõe uma nova ordem. E é imperativo resistir, construindo. Partindo de exemplos concretos, a autora testemunha a necessidade do encontro e do diálogo entre ativismos, reforçando a capacidade politicamente construtiva do que chama *choque popular*, que possa contrariar e constituir alternativas à *doutrina de choque*. A importância deste livro está no modo como sublinha a urgência de uma *agenda intersecional,* capaz de enfrentar em bloco o centro do sistema e o olho do furacão.
Hugo Monteiro

145 poemas. Konstantinos Kaváfis (Alexandria, 1863-1933) é um dos grandes e mais originais poetas europeus, apesar de ocupar um lugar marginal, no sentido de fora do centro, na cultura europeia, estranho às principais correntes históricas e literárias. As curiosas edições Flop, um quintento de "ativistas literários", compromete-se «publicar apenas, e sem concessões, altíssima literatura». Este é o seu segundo livro, tornado possível graças a um interessante processo de coedição, onde um conjunto alargado de pessoas ajuda a garantir os meios necessários à edição.
A tradução, feita a partir do grego - a edição é bilingue - por Manuel Resende, é um dos trabalhos mais impressionantes deste também notável poeta e tradutor.
Andrea Peniche